



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



AVISO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00098/2026

O Governo do Município de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, torna público o Acolhimento de Propostas Comerciais, para realização de Procedimento de Despesa destinado Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, destinadas aos servidores e demais pessoas a serviço do Município de Serrinha dos Pintos/RN, quando em deslocamento para o Município de Pau dos Ferros/RN, conforme especificações e quantitativos estabelecidos, com fundamentação legal no Art. 75, Inciso I e II da Lei Federal 14.133/2021.

Os interessados deverão enviar as propostas para a Sede da Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN, sito à Rua Eugenio Costa, 72, Centro, neste município, ou ainda no endereço eletrônico: licitaserrinha@gmail.com, definindo o assunto, texto e anexo da cotação, com prazo de envio até 03 (três) dias úteis contados a partir da divulgação do presente aviso em sítio eletrônico oficial. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço.

Os documentos a serem apresentados (Proposta e Habilitação), deverão obedecer aos critérios definidos no Termo de Referência anexo ao presente aviso, no sítio: www.Serrinha dos Pintos.rn.gov.br.

Serrinha dos Pintos/RN, 11/09/2026

KAIO LEMOS RODRIGUES DE SOUSA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 00098/2026

(Processo Administrativo n.º 040900098/2026)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN, por meio do Setor de Licitações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento por Menor preço Por item, na hipótese do Art. 75, II, e demais normas aplicáveis, conforme discriminado a seguir:

Data limite para apresentação da proposta e documentação:	16/09/2026
Hora limite para apresentação da proposta e documentação via email:	23h59
Hora limite para apresentação da proposta e documentação presencialmente:	17h00
Local para recebimento da proposta e documentação:	Rua Eugenio Costa, 72 Centro, Serrinha dos Pintos/RN
Endereço eletrônico para recebimento da proposta e documentação:	licitaserrinha@gmail.com
Link do Aviso de Contratação Direta e Anexos:	www.Serrinha.dos.Pintos.rn.gov.br
Critério de Julgamento:	Por Item

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, destinadas aos servidores e demais pessoas a serviço do Município de Serrinha dos Pintos/RN, quando em deslocamento para o Município de Pau dos Ferros/RN, conforme especificações e quantitativos estabelecidos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Os itens, suas especificações, unidades de medida, quantidades e demais informações encontram-se no Anexo V deste documento.

1.2.1. Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor preço Por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente Dispensa de Licitação ocorrerá através do envio da proposta de preços e dos documentos de habilitações especificados neste Aviso de Contratação Direta, na forma estabelecida no preâmbulo desse documento.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



2.2.3.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.5. O disposto no item 2.3.3.3 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.7. sociedades cooperativas.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O ingresso do fornecedor na Dispensa de Licitação ocorrerá com o envio de sua proposta e documentos de habilitação, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará ao endereço: Rua Eugenio Costa, 72, Centro, Serrinha dos Pintos/RN (Centro Administrativo), ou através do email: licitaserrinha@gmail.com proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para o envio dos documentos.

3.3. Juntamente com a proposta, o interessado deverá enviar toda a documentação de habilitação descrita neste aviso, na mesma forma do item anterior.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Juntamente com a proposta, o fornecedor deverá também enviar Declaração Conjunta constando as seguintes informações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.5. que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno, se for o caso, atendendo aos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrado o prazo para o envio das propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



- 4.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado em ato formal, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 4.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 4.5. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 4.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.7.3. apresentar preços inexequíveis ou, quando for o caso, permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 4.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 4.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 4.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



4.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União:

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

5.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

5.2.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.3.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, através do e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As infrações e sanções administrativas são aquelas estabelecidas no Anexo I deste Aviso.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da contratante e contratada são aquelas estabelecidas no Anexo I deste Aviso.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. Caso se conclua pelo uso da nota de empenho ou do instrumento equivalente em substituição ao termo de contrato, o aceite desses documentos, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Anexo I.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data para envio de nova documentação;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver nenhum interessado em participar da contratação (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as publicações e os emails, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens enviadas e publicações realizadas.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento da proposta e documentos na data marcada, a data limite será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos observarão o horário de Brasília-DF.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ato formal, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.11.1. ANEXO I – Minuta do Empenho

9.11.2. ANEXO II – Modelo de Declarações Unificadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



9.11.3. ANEXO III – Modelo Propostas

9.11.4. ANEXO IV – TERMO DE REFERENCIA;

9.11.5. ANEXO V – Minuto do Contrato

Serrinha dos Pintos/RN, 11/09/2026

KAIO LEMOS RODRIGUES DE SOUSA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
"RENATO ESTEVÃO DE FREITAS"

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



ANEXO I - MINUTA DE EMPENHO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL SERRINHA DOS PINTOS

Serrinha dos Pintos - RN
C.N.P.J.:

Nota de Empenho

Nota de Empenho _____			
Nome:			
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:		Compl:	UF: RN
E-mail:		Cidade: Serrinha dos Pintos	
PIS/PASEP:		Telefone: () -	
		RG:	
DADOS BANCÁRIOS			
Banco:	Agência:	Operação:	Conta:

CLASSIFICAÇÃO
Função:
SubFunção:
Programa:
Ação:
Natureza Despesa:
SubElemento:
Fonte:
Centro Custo:

Licitação:	Nº Recibo:
Processo:	Prazo Liquidação:

CONTRATO/ANO	SE/ANO	TIPO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHO	SALDO DISPONÍVEL
--------------	--------	------	----------------	---------------	------------------

HISTÓRICO

Item	Especificação	Unid	Qtde	Unitário	Total
------	---------------	------	------	----------	-------

Autorizo/Ratifico o empenho
dessa despesa

Essa despesa foi empenhada em crédito próprio

PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO UNIFICADA - PJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º.....

A EMPRESA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL INFRA ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
2. o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
3. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
4. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
5. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

(Local) _____, ____ de _____ de 20____

Empresa e assinatura do responsável legal

DECLARAÇÃO UNIFICADA - PF

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º.....

EU,....., INFRA ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
2. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

(Local) _____, ____ de _____ de 20____

Assinatura do Declarante



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
"RENATO ESTEVÃO DE FREITAS"

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º

OBJETO:

PROPONENTE:, CPF/CNPJ:.....

Apresentamos e solicitamos de Vossa Senhoria a apreciação de nossa proposta relativa ao Processo Licitatório em epígrafe, declarando que:

Temos condições de atender a todos os requisitos estabelecidos na Proposta a Seguir.

Manteremos o preço de nossa proposta válida, por 60 (sessenta) dias.

Item	Descrição	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1						
2						

TOTAL GERAL GLOBAL: XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

No preço ofertado estão incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser prestado sem ônus adicionais.

Atenciosamente,

Local/UF, Data.

Empresa e/ou assinatura do responsável legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IV

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, DESTINADAS AOS SERVIDORES E DEMAIS PESSOAS A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, QUANDO EM DESLOCAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN, conforme condições, quantidades, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Descrição do objeto

Item	Código	Nome do Produto/Serviço	Descrição	Unidade	Quantidade
1	30948	Almoço	Almoço, acompanhado de copo de suco ou refrigerante pequeno e água	Unidade	1.400
2	30949	Jantar	Jantar, acompanhado de copo de suco ou refrigerante pequeno e água	Unidade	841

1.3. Os quantitativos são estimados e correspondem às demandas consolidadas das Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, Educação, Transporte, Saúde e Assistência Social, devendo os fornecimentos ocorrer de forma parcelada e mediante necessidade efetivamente verificada.

1.4. A Administração não se obriga ao consumo integral dos quantitativos estimados, sendo devidos pagamentos exclusivamente em relação às refeições efetivamente solicitadas, fornecidas, recebidas e atestadas.

1.5. Cada refeição deverá ser fornecida em condições adequadas de consumo, qualidade, higiene, acondicionamento, conservação e segurança alimentar, em observância à legislação sanitária aplicável.

1.6. Antes da aprovação definitiva deste Termo de Referência, a unidade competente deverá estabelecer, em documento complementar ou anexo técnico, a composição mínima do almoço e do jantar, incluindo os alimentos, acompanhamentos, gramaturas ou porções mínimas e volume das bebidas, evitando descrição insuficiente ou subjetiva do objeto.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



2.1. O prazo de vigência da contratação será de até 31 de dezembro de 2026, contado da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Eventual prorrogação somente será admitida quando juridicamente cabível, devidamente justificada e precedida da demonstração de interesse público, vantajosidade e disponibilidade de créditos orçamentários.

2.3. A vigência não implica obrigação de consumo integral dos quantitativos estimados.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto possui características padronizáveis e usuais de mercado, permitindo a definição objetiva de seus padrões de desempenho e qualidade.

3.2. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade das unidades requisitantes e os deslocamentos realizados para Pau dos Ferros/RN.

3.3. A contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada a organização de pessoal, insumos, equipamentos, instalações e demais recursos necessários ao fornecimento.

3.4. Não haverá vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou colaboradores da contratada e o Município.

3.5. A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e demais obrigações relacionadas à execução do objeto.

3.6. Considerando o valor estimado e a natureza do objeto, a Administração pretende realizar contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, condicionada à comprovação, no processo administrativo, de todos os pressupostos legais, inclusive daqueles previstos nos arts. 72 e 75, § 1º, da referida Lei.

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

4.1. A presente contratação foi precedida de Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização da Demanda pelas unidades interessadas, Análise de Riscos e pesquisa de preços.

4.2. O Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas aos servidores e demais pessoas a serviço do Município em deslocamento para Pau dos Ferros/RN.

4.3. A contratação encontra-se prevista no planejamento administrativo para o exercício de 2026, conforme registrado nos documentos que integram a fase preparatória.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação visa assegurar alimentação adequada aos servidores municipais e demais pessoas que estejam formalmente a serviço do Município de Serrinha dos Pintos/RN quando necessitem deslocar-se para Pau dos Ferros/RN para execução de atividades administrativas ou prestação de serviços públicos.

5.2. O fornecimento de refeições durante os deslocamentos contribui para assegurar condições adequadas de trabalho, saúde e bem-estar, além de favorecer a continuidade, regularidade e eficiência das atividades públicas.

5.3. A necessidade foi formalizada pelas unidades administrativas demandantes, que apresentaram os respectivos quantitativos estimados para o exercício.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de almoço e jantar no Município de Pau dos Ferros/RN, de acordo com as solicitações efetuadas pelo Município de Serrinha dos Pintos/RN.

6.2. A contratada deverá disponibilizar todos os insumos, gêneros alimentícios, mão de obra, equipamentos, utensílios, embalagens, estruturas e demais recursos necessários ao integral cumprimento do objeto.

6.3. O fornecimento será realizado de acordo com as especificações, quantidades, datas, horários e demais informações constantes das solicitações emitidas pela Administração.

6.4. A solução deverá assegurar regularidade, qualidade dos alimentos, segurança alimentar, adequação sanitária e pontualidade.

6.5. A contratada deverá possuir capacidade operacional compatível com a demanda e adotar logística suficiente para assegurar o atendimento dos servidores no Município de Pau dos Ferros/RN.

6.6. Sempre que constatada desconformidade, deverão ser adotadas providências imediatas para substituição, correção ou regularização do fornecimento, sem custo adicional para o Município.

6.7. A solução deverá atender integralmente à necessidade administrativa identificada, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação deverá observar a Lei nº 14.133/2021, as normas sanitárias e de segurança alimentar e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

7.2. A contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como os demais requisitos de habilitação compatíveis com a natureza e complexidade do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



7.3. A empresa deverá possuir capacidade técnica e operacional suficiente para o fornecimento das refeições.

7.4. Deverá ser apresentada licença ou alvará sanitário válido, quando legalmente exigível, expedido pelo órgão competente.

7.5. A Administração poderá exigir documentos relacionados às boas práticas de fabricação, manipulação, armazenamento, conservação e transporte dos alimentos, quando pertinentes.

7.6. Os alimentos e insumos utilizados deverão estar próprios para consumo, dentro de seus prazos de validade e armazenados em condições sanitárias adequadas.

7.7. As instalações, utensílios, equipamentos, recipientes, embalagens e veículos eventualmente utilizados deverão estar em condições adequadas de higiene, limpeza e conservação.

7.8. A contratada deverá assegurar condições adequadas de temperatura, armazenamento e conservação das refeições, evitando deterioração ou contaminação.

7.9. Durante toda a execução deverão ser mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.10. A contratada deverá atender às determinações da fiscalização e promover, imediatamente, as correções necessárias quando constatadas irregularidades.

7.11. Não será admitida a imposição de localização geográfica da sede da empresa como condição de participação, devendo o interessado apenas demonstrar capacidade efetiva de executar o objeto no local estabelecido.

7.12. A contratada responderá pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. As refeições serão disponibilizadas no Município de **Pau dos Ferros/RN**, em local previamente definido na solicitação emitida pela unidade requisitante.

8.2. O fornecimento poderá ocorrer no estabelecimento da contratada ou mediante disponibilização em outro local previamente indicado pela Administração, desde que observadas as condições sanitárias e logísticas necessárias.

8.3. As refeições serão fornecidas sob demanda, conforme datas, horários e quantitativos informados pela Administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



8.4. As solicitações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima a ser estabelecida pela unidade administrativa responsável antes da aprovação definitiva deste Termo de Referência.

8.5. Cada solicitação deverá informar a unidade requisitante, quantidade, tipo da refeição, data, horário, local de atendimento e servidor responsável pelo recebimento.

8.6. Alterações ou cancelamentos serão comunicados à contratada tão logo conhecidos pela Administração, observadas as condições definidas no instrumento contratual.

8.7. A obrigação será considerada cumprida somente após o efetivo fornecimento e aceitação da refeição pelo servidor responsável.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante: a) emitir as solicitações de fornecimento com as informações necessárias à execução; b) receber e conferir as refeições; c) comunicar à contratada qualquer falha, irregularidade ou desconformidade; d) acompanhar e fiscalizar a execução por servidor formalmente designado; e) exigir a substituição de refeições recusadas; f) manter registro das solicitações e fornecimentos; g) efetuar o pagamento das refeições efetivamente recebidas e atestadas; h) prestar as informações necessárias à execução; i) aplicar, quando cabíveis, as medidas administrativas e sanções previstas em lei; j) exercer as prerrogativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações constantes deste Termo de Referência, da proposta aceita e do instrumento de contratação, assumindo os riscos e despesas necessários à perfeita execução.

10.2. Compete ainda à contratada:

a) fornecer as refeições nas quantidades, datas, horários e locais solicitados; b) assegurar qualidade, higiene e segurança alimentar; c) cumprir as normas sanitárias aplicáveis; d) substituir imediatamente as refeições recusadas ou inadequadas; e) responsabilizar-se pela aquisição, armazenamento, preparação, manipulação, acondicionamento e transporte dos alimentos; f) manter pessoal suficiente e capacitado; g) manter as condições de habilitação durante a contratação; h) comunicar imediatamente fato que possa comprometer o fornecimento; i) indicar preposto ou responsável para comunicação com a Administração; j) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização; k) permitir inspeções administrativas e sanitárias legalmente cabíveis; l) emitir documentos fiscais correspondentes apenas aos quantitativos efetivamente fornecidos e atestados; m) arcar com impostos, tributos, encargos, transporte e demais custos relacionados ao objeto; n) reparar eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

11.2. Eventual execução de atividade meramente acessória por terceiro dependerá de autorização prévia da Administração, quando cabível, permanecendo a contratada integralmente responsável pelo objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. Será admitida alteração subjetiva decorrente de fusão, cisão, incorporação ou transformação societária, desde que a sucessora mantenha todas as condições de habilitação e execução exigidas, não haja prejuízo ao objeto e exista anuência expressa da Administração, quando necessária.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período de um ano contado da data do orçamento estimado, na forma da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Ultrapassado o interregno legal de um ano, eventual reajuste será realizado mediante aplicação do IPCA/IBGE, ou outro índice que legalmente o substitua, observado o regime jurídico aplicável.

13.3. O reajuste, quando cabível, será formalizado mediante apostilamento.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor, a natureza e o grau de complexidade do objeto, salvo decisão administrativa superveniente devidamente justificada.

15. DA GARANTIA DO FORNECIMENTO

15.1. As refeições deverão atender integralmente às especificações deste Termo de Referência e às normas legais e sanitárias aplicáveis.

15.2. A contratada responderá por vícios, falhas, impropriedade para consumo, contaminação ou qualquer desconformidade relacionada ao fornecimento.

15.3. A refeição recusada deverá ser substituída imediatamente, em tempo útil para atender à finalidade da solicitação.

15.4. O recebimento da refeição não afasta responsabilidade por vício ou irregularidade não perceptível no momento da entrega.

15.5. Não se aplica prazo convencional de garantia de 12 meses ao objeto, dada sua natureza perecível, sem prejuízo da responsabilidade legal da contratada por danos relacionados aos alimentos fornecidos.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



16.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas e com a Lei nº 14.133/2021.

16.2. As comunicações relevantes entre Administração e contratada deverão ser registradas por escrito, admitida a utilização de meios eletrônicos.

16.3. A Administração poderá convocar o representante da contratada sempre que necessária a adoção de providência relativa à execução.

16.4. Fiscalização

A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Fiscalização técnica

O fiscal deverá conferir quantitativos, horários, condições aparentes de conservação, acondicionamento, composição das refeições e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.6. Deverão ser registradas ocorrências, recusas, atrasos, substituições, reclamações e demais fatos relevantes.

16.7. Constatada a irregularidade, o fiscal determinará a correção, substituição ou outra providência compatível com sua competência.

16.8. Situações que ultrapassem a atribuição do fiscal serão encaminhadas ao gestor ou à autoridade competente.

16.9. Fiscalização administrativa

A fiscalização administrativa acompanhará a manutenção das condições de habilitação, os empenhos, documentos fiscais, liquidação, pagamentos, glosas e demais aspectos administrativos.

17. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

17.1. O fornecimento estará sujeito à inspeção pela Administração.

17.2. A inspeção poderá abranger condições de higiene, aparência, temperatura, acondicionamento, quantidade, composição, validade dos produtos industrializados e demais aspectos relevantes.

17.3. Quando houver dúvida quanto à segurança sanitária, a Administração poderá solicitar atuação do órgão sanitário competente e adotar cautelarmente a suspensão do recebimento.

17.4. Alimentos aparentemente deteriorados, contaminados, mal acondicionados ou em desacordo com as especificações serão recusados.

17.5. Os custos de substituição das refeições recusadas correrão exclusivamente por conta da contratada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



CAPÍTULO V - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Recebimento

- 18.1.** As refeições serão conferidas no momento do fornecimento pelo servidor responsável.
- 18.2.** Serão rejeitadas, total ou parcialmente, quando estiverem em desacordo com este Termo de Referência, devendo ser substituídas imediatamente, sem prejuízo de outras providências cabíveis.
- 18.3.** A medição corresponderá ao número de refeições efetivamente solicitadas, fornecidas e aceitas.
- 18.4.** O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou danos decorrentes da inadequação dos alimentos.

Liquidação

- 18.5.** Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, a Administração procederá à liquidação após conferência dos quantitativos fornecidos, preços contratados, atestos e demais documentos pertinentes.
- 18.6.** A Nota Fiscal deverá identificar, de forma suficiente, a contratação, período de fornecimento, quantitativos, valores unitários e valor total.
- 18.7.** Havendo erro ou circunstância impeditiva da liquidação, o prazo ficará suspenso até a regularização pela contratada.
- 18.8.** A Administração verificará a manutenção das condições de habilitação exigíveis.

Prazo de pagamento

- 18.9.** O pagamento observará o prazo previsto na regulamentação municipal aplicável às obrigações de baixo valor e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Forma de pagamento

- 18.10.** O pagamento será realizado por ordem bancária em conta indicada pela contratada.
- 18.11.** Serão efetuadas as retenções tributárias legalmente exigíveis.
- 18.12.** O tratamento tributário decorrente do Simples Nacional será observado mediante comprovação da condição da empresa.

Antecipação

- 18.13.** Não será admitida antecipação de pagamento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1.** Constituem infrações administrativas as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



19.2. Poderão ser aplicadas, observados o contraditório, a ampla defesa, a gravidade da conduta, o dano causado, circunstâncias agravantes e atenuantes e os demais critérios legais, as sanções de:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Sem prejuízo das hipóteses legais, poderão caracterizar inadimplemento relacionado ao objeto: atraso injustificado, não fornecimento, fornecimento parcial sem autorização, alimento impróprio para consumo, descumprimento das condições sanitárias, recusa injustificada em substituir refeição e reincidência em desconformidades.

19.4. Os percentuais e critérios específicos de multas deverão observar a regulamentação municipal e constar do instrumento contratual ou equivalente.

19.5. A aplicação de sanções não exclui o dever de reparação integral dos danos causados.

20. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

20.1. A despesa será liquidada após apresentação da Nota Fiscal, comprovação do efetivo fornecimento e atesto do servidor competente.

20.2. O responsável pelo atesto deverá verificar se o fornecimento corresponde à quantidade solicitada, às especificações estabelecidas e aos valores contratados.

20.3. A liquidação observará o art. 63 da Lei nº 4.320/1964 e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

20.4. O pagamento respeitará a ordem cronológica legalmente aplicável.

20.5. Pendências imputáveis à contratada suspenderão o processamento do respectivo pagamento até sua regularização.

20.6. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação vigente.

21. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO

21.1. Será efetuada retenção ou glosa proporcional, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a contratada: a) não fornecer a quantidade efetivamente solicitada; b) fornecer refeição em desacordo com as especificações; c) não realizar a substituição exigida; d) fornecer item de qualidade inferior à estabelecida; e) faturar quantidade não fornecida ou não aceita.

21.2. A glosa não impede a aplicação concomitante de sanções administrativas quando presentes seus respectivos pressupostos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

22.1. Considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, pretende-se realizar contratação direta mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

22.2. O enquadramento somente poderá ser confirmado após demonstração, nos autos, do atendimento às condições estabelecidas no art. 75, especialmente quanto ao disposto no § 1º, a fim de afastar fracionamento indevido da despesa.

22.3. Deverão ser observados os documentos e requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Será selecionado o fornecedor que apresente proposta vantajosa para a Administração e atenda às condições de habilitação e execução estabelecidas.

22.5. Recomenda-se a divulgação do aviso de contratação direta pelo período previsto no art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, para obtenção de propostas adicionais, salvo justificativa administrativa juridicamente admissível em sentido diverso.

23. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

23.1. A proposta deverá conter: a) identificação do proponente e CNPJ; b) descrição dos itens; c) preço unitário; d) preço total de cada item; e) valor global; f) prazo de validade; g) declaração de que os preços abrangem todos os custos diretos e indiretos; h) identificação e assinatura do responsável.

23.2. Os valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional, incluindo tributos, mão de obra, insumos, transporte, embalagens, encargos e demais despesas necessárias à execução.

23.3. Serão recusadas propostas que não atendam às especificações ou apresentem preço incompatível, excessivo ou manifestamente inexequível.

24. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

24.1. Habilitação jurídica

Deverá ser apresentada documentação jurídica compatível com a natureza empresarial do interessado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

Deverão ser apresentados, conforme aplicável: a) comprovante de inscrição no CNPJ; b) regularidade perante a Fazenda Nacional; c) regularidade perante a Fazenda Estadual; d) regularidade perante a Fazenda Municipal; e) regularidade perante o FGTS; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou positiva com efeito de negativa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



24.3. Qualificação econômico-financeira

Poderá ser exigida certidão negativa de falência ou documento equivalente, quando juridicamente pertinente e proporcional ao objeto.

24.4. Qualificação técnica e sanitária

24.4.1. Deverá ser comprovada capacidade compatível com a execução do objeto, mediante documentação proporcional à contratação.

24.4.2. Deverá ser apresentada licença ou alvará sanitário válido, quando exigível pela legislação.

24.4.3. Poderão ser exigidos documentos que comprovem observância às boas práticas de manipulação, armazenamento e fornecimento de alimentos, desde que pertinentes, proporcionais e previamente estabelecidos.

24.5. Documentação complementar

O fornecedor deverá declarar, quando cabível: a) inexistência de impedimento para contratar com a Administração; b) cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; c) cumprimento das exigências relativas ao trabalho do menor previstas na legislação; d) conhecimento e aceitação das condições da contratação; e e) enquadramento como ME ou EPP, se aplicável.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS

25.1. A pesquisa de preços realizada pela Administração considerou referências de contratações públicas e cotação de fornecedor, com aplicação da média aritmética aos preços considerados válidos.

25.2. A estimativa apurada é a seguinte:

Item	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
Almoço	1.400	R\$ 29,19	R\$ 40.866,00
Jantar	841	R\$ 29,09	R\$ 24.464,69
Total	2.241		R\$ 65.330,69

25.3. O valor global estimado da contratação é de R\$ 65.330,69 (sessenta e cinco mil, trezentos e trinta reais e sessenta e nove centavos).

25.4. A estimativa constitui limite referencial para análise da vantajosidade, não gerando obrigação de consumo ou pagamento integral.

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



26.1. As despesas decorrentes da contratação deverão correr à conta das dotações orçamentárias das unidades administrativas beneficiárias.

26.2. Antes da formalização da contratação deverá ser juntada ao processo declaração de existência e disponibilidade de créditos orçamentários suficientes para suportar a despesa, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

26.3. Considerando que os DFDs encaminhados não trazem preenchidas as informações relativas a programa de trabalho, ação orçamentária, natureza da despesa, subelemento e fonte de recursos, esses dados deverão ser inseridos pelo setor financeiro competente antes da aprovação final.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

<i>Nome da Ação</i>	<i>Código da Ação</i>	<i>Código do Item de Despesa</i>	<i>Nome do Item de Despesa</i>	<i>Código da Fonte de Recurso</i>	<i>Nome da Fonte de Recurso</i>
MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2004	33903900	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
MANUT.DA SEC.MUNICIPAL DE TRANSPORTE	2074	33903900	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
MANUTENÇÃO DA SEC. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2015	33903900	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15001001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE SAÚDE	2044	33903900	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15001002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
MANUT. SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2052	33903900	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

Serrinha dos Pintos/RN, 03 de agosto de 2026.

RONALDO LUCIANO DE QUEIROZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



ANEXO V

MINUTA
TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. XXX/---,
REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE
QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____
E A EMPRESA _____

O MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, sediada na Rua Eugênio Costa, 72, Centro, Serrinha dos Pintos/RN, inscrita no CNPJ/MF nº 01.613.858/0001-94, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhora Prefeita Constitucional ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade nº 1543207, inscrito no CPF nº 970.522.644-04, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____._____/____-____, com sede à Rua _____, nº ____ , bairro _____, Cidade _____, CEP: ____-____, e-mail: _____@.com.br, Contato: (____) _____-____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Representante Legal o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF: _____._____._____, RG nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente da(o) modalidade/procedimento nº _____, vinculado ao Processo Administrativo nº _____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a _____, nas

condições estabelecidas no Termo de Referência

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOAL
1.					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- Instrumento de Contratação direta;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados da assinatura das partes, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor Total da contratação é de R\$ _____. _____. _____. (_____)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, exercício _____.

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente.

5.2. O pagamento da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, fica condicionado ao cumprimento dos critérios da Ordem cronológica, conforme determina a resolução nº 011/2024 – TCE, DE 16 DE MAIO DE 2024

5.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que não seja referente a parte incontroversa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.5. A antecipação do pagamento somente poderá ocorrer se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, devendo estar expressamente previsto no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta

5.6. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Caso a administração decida pelo não reajustamento de ofício, fica o reajuste condicionado a apresentação de requerimento pelo(a) **CONTRATADO(A)**.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

-

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

-

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme estabelece o inc. I, do art. 136, da Lei 14.133/2021

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



7.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2. A gestão do Serviço a ser executado pela **CONTRATADA**, caberá à Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN, mediante indicação do(a) Gestor(a) e do Fiscal, a quem competirá fiscalizar se a empresa está executando corretamente o objeto contratado, obedecendo a este Termo de Contrato.

7.3. O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.6. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.7. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

8.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

8.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



9.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, para que, no prazo estabelecido no Termo de Referência, seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições referentes as sanções administrativas estão estabelecidas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



12.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.1.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGP

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

a) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme PARECER n. 00061/2024/DECOR/CGU/AGU.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001-94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com



14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMO - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Martins/RN, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de quaisquer outros para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18.2. E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais pertinentes, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Serrinha dos Pintos/RN, _____

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA

Prefeita Munciiapl

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN

CNPJ/MF nº 01.613.858/0001-94

CONTRATANTE

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF: ____-____-____

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ: ____/____-____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS
CENTRO ADMINISTRATIVO
“RENATO ESTEVÃO DE FREITAS”

Rua Eugênio Costa, Centro, nº 72, CEP: 59808-000 | CNPJ: 01.613.858/0001- 94

☎ Telefone 84 98124-3623 | E-mail: pmsprn@gmail.com

